

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR – *CAMPUS* DE CACOAL
DEPARTAMENTO DO CURSO DE DIREITO

**OS ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA QUE IMPORTAM
ENRIQUECIMENTO ILÍCITO DO AGENTE PÚBLICO E A LEI N.
8.429/92**

Roseli Aparecida de Oliveira

Cacoal - RO
2008

ROSELI APARECIDA DE OLIVEIRA

**OS ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA QUE IMPORTAM
ENRIQUECIMENTO ILÍCITO DO AGENTE PÚBLICO E A LEI N.
8.429/92**

Monografia submetida à
Universidade Federal de
Rondônia – UNIR, *campus* de
Cacoal, como exigência parcial
à obtenção do título de
Bacharel em Direito sob a
orientação do Professor
Especialista Silverio dos Santos
Oliveira.

Cacoal - RO
2008

PARECER DE ADMISSIBILIDADE DO PROFESSOR ORIENTADOR

A acadêmica **ROSELI APARECIDA DE OLIVEIRA** desenvolveu Trabalho de Conclusão de Curso sobre o Tema: **OS ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA QUE IMPORTAM ENRIQUECIMENTO ILÍCITO DO AGENTE PÚBLICO E A LEI N. 8.429/92**, obedecendo aos critérios do Projeto de Monografia apresentado ao Departamento de Direito da Universidade Federal de Rondônia – UNIR – *Campus* de Cacoal-RO.

O Acompanhamento foi efetivo, tendo o desenvolvimento do trabalho observado os prazos fixados pelo Departamento de Direito.

Dessarte, a acadêmica está apta à apresentação expositiva de sua monografia junto à banca examinadora.

Cacoal-RO, 14 de Março de 2008.

Silvério dos Santos Oliveira
Professor Orientador

ROSELI APARECIDA DE OLIVEIRA

**OS ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA QUE IMPORTAM
ENRIQUECIMENTO ILÍCITO DO AGENTE PÚBLICO E A LEI N.
8.429/92**

1º Avaliador - Prof. Esp. Silverio dos Santos Oliveira

NOTA

2º Avaliador

NOTA

3º Avaliador

NOTA

Média

Cacoal – RO

2008

DECLARAÇÃO DE AUTORIA

Eu, **ROSELI APARECIDA DE OLIVEIRA**, acadêmica devidamente matriculada no 10º período do Curso de Ciências Jurídicas da Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR, *Campus* de Cacoal, **DECLARO** para todos os fins que o trabalho monográfico intitulado **OS ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA QUE IMPORTAM ENRIQUECIMENTO ILÍCITO DO AGENTE PÚBLICO E A LEI N. 8.429/92**, foi por mim desenvolvido.

Presidente Médici-RO, 13 de Março de 2008.

ROSELI APARECIDA DE OLIVEIRA

DECLARAÇÃO DE CORREÇÃO

Declaro para todos os fins de direito que o trabalho monográfico desenvolvido pela acadêmica **ROSELI APARECIDA DE OLIVEIRA**, com o título **OS ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA QUE IMPORTAM ENRIQUECIMENTO ILÍCITO DO AGENTE PÚBLICO E A LEI N. 8.429/92**, foi por mim revisado no tocante ao aspecto gramatical, sendo procedida às devidas correções.

Presidente Médici - RO, 12 de Março de 2008.

João Bosco de Sousa

Formado em Letras com habilitação em Língua Portuguesa, Literatura e Língua Inglesa pela
Faculdade de Formação de Professores do Araripe – FAFOPA/PE

Dedico a meus filhos Bruna Stéfany e Pedro Lucas,
os maiores presentes que Deus me deu e razão
maior de minhas conquistas.

Agradeço a Deus por proporcionar-me a conclusão dessa importante etapa da minha vida, aos meus filhos Bruna Stéfany e Pedro Lucas por suportarem as várias noites sem a minha presença, ao meu pai Zacarias, minha mãe Maria Edilma e meus irmãos que sempre acreditaram no meu sucesso, ao Wander, pai, companheiro e amigo para todos os momentos e à Célia, pelo amor, carinho e cuidados dispensados aos meus filhos em minhas ausências diárias.

Nosso cuidado não deve ser o de viver muito e sim, o de andar bastante, porque o primeiro depende do destino e o segundo, de nós mesmos.

Sêneca 4 a.C. – 65 d.C.

RESUMO

OLIVEIRA, Roseli Aparecida de. Os Atos de Improbidade Administrativa Que Importam Enriquecimento Ilícito do Agente Público e a Lei N. 8.429/92, 72 folhas, Trabalho de Conclusão de Curso. Fundação Universidade Federal de Rondônia – *Campus de Cacoal*, 2008.

O presente estudo monográfico examina o real alcance e a aplicação da Lei de Improbidade Administrativa, define os sujeitos ativo e passivo do ato de improbidade, bem como traz a baila opiniões de importantes juristas sobre o tema demonstrando a relevância que o mesmo adquire nos tempos atuais em que a imagem do agente público encontra-se cada vez mais desgastada por práticas ilícitas que frequentemente a mídia tem mostrado e que deixa o cidadão, muitas vezes inconformado com o descaso principalmente na aplicação das verbas públicas. Os princípios constitucionais norteadores da administração também são relembrados como pedra fundamental onde deve se assentar toda a conduta do agente público no exercício da função pública. Muitas foram as tentativas de se estabelecer um combate efetivo a corrupção no Brasil, no entanto, todas as Leis que surgiram até o advento da Lei 8429/92, se mostraram incompletas, carecedoras de ajustes que surgiram com a Lei objeto desse estudo que, apesar de seu caráter aberto, tem-se mostrado poderoso instrumento no combate a corrupção, inclusive dando margem para grande atuação de doutrinadores e intérpretes, fato que a torna cada vez mais dinâmica como todo o universo jurídico, que se transforma de acordo com as necessidades da sociedade. As sanções estabelecidas pela Lei 8429/92 são severas, admite-se inclusive que sejam aplicadas cumulativamente, na busca de conduzir a administração pública aos caminhos da ética e da moral exigível aos detentores de cargos públicos.

Palavras-chave: Administração Pública. Improbidade Administrativa. Agente Público. Vantagem Econômica Indevida.

ABSTRACT

OLIVEIRA, Roseli of Aparecida. The Acts of Improbability Administrative Matter What Illicit Enrichment of Agent and Public Law N. 8.429/92, 72 leaves, Job Completion of the Course. Foundation Federal University of Maryland - Campus of Cacoal, 2008.

The present monographic study examines the real reach and the application of the Law of Administrative Improbability, it defines the active and passive subjects of the act of improbity as well as it brings the opinions of important jurists on the subject demonstrating the relevance that the same thing acquires in the current times in which the image of the public agent is more and more worn away by illicit practices that frequently the media has been showing and that leaves the citizen, very often unreconciled to the disregard principally in the application of the public allowances. The constitutional principles that are the north of the administration also are recalled like fundamental stone where should be established the whole conduct of the public agent in the service of the public function. The attempts were great of an effective combat against to the corruption in Brazil, however, all the Laws that appeared up to the advent of the Law 8429/92, appeared incomplete, lack of agreements that appeared with the Law object of this study that, in spite of his open character, has been showed a powerful instrument in the combat to corruption, inclusive giving edge for great acting of indoctrinators and interpreters, fact that become it more and more dynamic as the whole legal universe, that is transformed in accordance with the necessities of the society. The sanctions established by the Law 8429/92 are severe, it is admitted inclusive that they are applied cumulatively , in the search of conducting the public administration on the way of the ethics and of the demanded moral to the holders of public offices.

Key words: Public administration. Administrative Improbability. Public Agent . Economical Unjust Advantage.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
2. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	16
2.1 CONCEITO.....	16
2.2 BREVE HISTÓRICO.....	18
2.3 SUJEITOS ATIVOS E PASSIVOS DO ATO DE IMPROBIDADE.....	20
2.4 RESPONSABILIZAÇÃO DE TERCEIROS QUE CONCORAM DIRETA OU INDIRETAMENTE PARA O ATO DE IMPROBIDADE.....	22
3. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	26
3.1 PRINCÍPIO DA LEGALIDADE.....	28
3.2 PRINCÍPIO DA IMPESSOALIDADE.....	30
3.3 PRINCÍPIO DA MORALIDADE.....	30
3.4 PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE.....	32
3.5 PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA.....	33
4. SISTEMATIZAÇÃO DA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	35
4.1 ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA QUE CAUSAM PREJUÍZO AO ERÁRIO.....	37
4.2 ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA QUE IMPORTAM EM ENRIQUECIMENTO ILÍCITO.....	42
4.3 ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA QUE IMPORTAM EM VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	57
5. SANÇÕES PREVISTAS PELA LEI 8.429/92 (ART.12).....	60

5.1 A PERDA DA FUNÇÃO PÚBLICA	61
5.2 O RESSARCIMENTO INTEGRAL DO DANO.....	63
5.3 A PERDA DOS BENS OU VALORES ACRESCIDOS ILICITAMENTE AO PATRIMÔNIO.....	64
5.4 DA SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS.....	64
5.5 MULTA CIVIL.....	66
5.6 PROIBIÇÃO DE CONTRATAR COM O PODER PÚBLICO E RECEBER BENEFÍCIOS OU INCENTIVOS FISCAIS OU CREDITÍCIOS.....	67
 6. CONCLUSÃO.....	 69
 7. REFERÊNCIAS.....	 71